

*O Estado de São Paulo,
Segunda-feira, 5 de julho de 2004*

Governar é escolher

SUCESSO DO PLANO REAL PERMITE VER MELHOR O QUE FALTA FAZER

MARCELO DE PAIVA ABREU

É difícil exagerar a importância do Plano Real. Foi dos raros momentos na história republicana em que o governo debelou processo inflacionário persistente, apesar da inflação muito acima das registradas no início da República ou na crise dos anos 60 que levou ao golpe militar. No plano político, com o temor à volta da inflação, foi o grande eleitor de Fernando Henrique em 1994 e 1998 e forçou a mudança de rumos de Lula em 2002. A comemoração dos dez anos do início da sua implementação está permitindo que, com a perspectiva que só o tempo pode dar, se consolide a história coerente de sua formulação e implementação, de suas debilidades e das lições que podem ser extraídas para o futuro. É da natureza humana que a ocasião tenha sido marcada por exercícios de embelezamento autobiográfico. A consolidação de interpretação mais sólida e sedimentada do que efetivamente ocorreu terá de lidar com interpretações e revelações em muitos casos conflitantes. E coletar depoimentos de protagonistas que não foram ouvidos em meio aos festejos comemorativos.

Há quase que unanimidade quanto à importância do processo de doloroso aprendizado desde o Plano Cruzado que permitiu a brilhante transição para a Unidade Real de Valor e depois para o real. A idéia de ajuste sem custo, especialmente quanto ao lado fiscal, demorou a ser exorcizada. O Fundo Social de Emergência foi o outro pilar que, permitindo o ajuste fiscal, viabilizou o sucesso do Real. As únicas visões discrepantes são as de economistas do PT, que, confundindo desejos com fatos, levaram o candidato Lula da Silva à derrota em 1994, em meio a juízos preempatórios de que o plano fracassaria.

A partir daí, entretanto, as visões alternativas se multiplicam, mesmo entre os protagonistas principais. A divergência que parece de importância crucial é a que se refere à ausência de ajuste fiscal sério entre 1995 e 1998. A relação dívida líquida-PIB, hoje na casa dos 57%, é vista como ponto particularmente vulnerável na condução da política econômica. Sua sustentabilidade é delicada, dadas as taxas de juros requeridas para a manutenção da inflação em níveis baixos, as limitações ao crescimento da economia e os limites ao aprofundamento do ajuste fiscal. Ilan Goldfajn, então diretor do Banco Central, sugeriu que, se Cardoso I tivesse sido tão responsável fiscalmente quanto Cardoso II, a relação dívida líquida-PIB poderia estar hoje por volta de 30%. O ex-presidente da República, ao sair-se com o comentário, em entrevista ao Estado, de que tal análise contrafactual seria "engenharia de obras feitas" demonstrou que o tema é sensível. Sempre se pode dizer que o que se fez foi o máximo possível, dadas as restrições existentes. Mas, para os que não tenham memória avariada, pareceria irrefutável que, em 1996-1997, o governo desviou seu poder de fogo político do ajuste fiscal e das reformas estruturais para a emenda da reeleição. Deixou assim a âncora cambial sob crescente exposição a choques externos.

Estimulou por longo período a irresponsabilidade macroeconômica dos que então se diziam "desenvolvimentistas" e que hoje se dizem seguidores do grande economista "alemão" Joseph Schumpeter. Entre outras propostas "schumpeterianas" destacavam-se: o uso de recursos da privatização para investimento, a flexibilização do ajuste fiscal dos Estados, a criação de um mirabolante Ministério da Produção. Os números mostram claramente o desaparecimento do superávit primário em 1995 e a volta ao bom caminho somente após a crise externa em 1998. Parodiando mais uma vez o doutor Johnson, a véspera da execução deixa o condenado muito mais esperto.

Alguns críticos do Plano Real - e da gestão macroeconômica ortodoxa sob o governo Lula - insistem que o plano só substituiu inflação por dívida pública. A sugestão implícita é que deveria ser desfeito o movimento anterior e, agora, trocar-se maior inflação por menor dívida pública. É difícil deixar de concordar que, se a disciplina fiscal não tivesse sido tão tardia, teria sido menos difícil o caminho de volta ao crescimento sustentado, pois haveria mais espaço para política monetária menos restritiva. Substituir inflação por dívida pública é caminhar na direção certa, pois coloca o foco sobre o problema mais importante que continua a ser o principal obstáculo à volta ao crescimento: assegurar a meta de sustentabilidade da relação dívida líquida-PIB dada a impossibilidade de elevar-se a atual carga tributária e as metas inflacionárias.

Apesar da grande conquista do Plano Real que foi a redução da inflação, permanece em lugar proeminente na agenda de reformas a compressão do gasto público. Para que o País tenha a mínima possibilidade de crescer sustentadamente, com o endividamento sob controle, é essencial que sejam encontradas formas de reduzir gastos públicos com equidade. O crescimento está sendo obstado pelo aumento contínuo de gastos freqüentemente justificados por argumentação "flexível" quanto à validade de direitos pretensamente adquiridos. Não se trata de erodir pilares legais quanto ao fato jurídico perfeito, mas de encontrar formas civilizadas de tornar compatíveis as limitações macroeconômicas e a infinidade de situações específicas que envolvem contínuo aumento dos gastos públicos por parte de um Estado pródigo.

Marcelo de Paiva Abreu, doutor em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, em licença sabática.